

Wânia Terezinha Ladeira¹

RESUMO: Este artigo examina e descreve alguns métodos de pesquisa qualitativa no campo da Sociolinguística Interacional. Pressupostos teóricos e metodológicos do método etnográfico e da observação participante, oriundos da pesquisa de campo na área da Antropologia e da Sociologia, são aplicados aos estudos linguísticos de cunho empírico. Na pesquisa Sociolinguística, métodos etnográficos freqüentemente são associados a gravações de fala-em-interação com técnicas de transcrição baseadas nos estudos de Análise da Conversa. Esse método envolve audições repetidas e procedimentos detalhados de descrição de fala que permitem grande rigor analítico e confiabilidade de transcrição de dados linguísticos ocorridos em interações cotidianas. Na última parte, alguns procedimentos de análise de fala-em-in-

teração são indicados, baseados na Etnografia da Comunicação e na Análise da Conversa. Tais procedimentos envolvem a interpretação de “pistas” para se entender o contexto interacional, tais como: pausas, interrupções, risos, determinadas escolhas lexicais, gesticulação, organização espacial, etc. Para a confecção e análise de notas de campo, é indicada a observação sistemática de elementos que compõem uma interação, tais como: o cenário, os participantes, os objetivos interacionais, o “tom” do encontro, as sequências discursivas, os instrumentos e as normas envolvidos na interação e, por fim, o gênero no qual é categorizado o evento comunicativo em análise. Dessa forma, métodos etnográficos se unem a técnicas de Análise da Conversa a fim de enriquecer o campo de pesquisa de estudos empíricos da linguagem.

PALAVRAS-CHAVE: Etnografia. Gravação de fala. Métodos de transcrição.

1. INTRODUÇÃO

O estudo da linguagem em situações de interações cotidianas tem oferecido à Linguística uma ampliação das suas técnicas e métodos de pesquisa. Metodologias oriundas da Antropologia e da Sociologia, incorporadas à investigação em Linguística

¹ Doutora em Letras pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e professora nos cursos de graduação e pós-graduação em Letras da Universidade Federal de Viçosa.

Aplicada, enriquecem a apreensão e a análise das formas linguísticas utilizadas na comunicação. O interesse antropológico pela linguagem deu origem aos estudos de Etnografia da Comunicação, fundados por Hymes (1972) e Gumperz e Hymes (1986). Já a Sociologia contribuiu com os estudos microssociológicos de Análise da Conversa. Esses dois campos de estudo têm como pressupostos metodológicos a valorização de métodos qualitativos e interpretativos. Dentro dessa mesma linha metodológica, a pesquisa em Sociolinguística Interacional ou Análise de Discurso, de linha teórica anglo-americana, conta com os métodos de gravação de conversa, transcrição e análise de texto, próprios da Análise da Conversa, e com a observação participante, anotações de campo e a narrativa descritiva, próprios de métodos etnográficos.

Esse artigo sobre pesquisa qualitativa na análise de linguagem em interações diárias apresenta (i) os métodos de pesquisa de campo e (ii) os métodos de análise, como fases preliminares ao ato de escrever uma dissertação. Assim, estamos expondo os métodos de pesquisa de campo de observação participante com o seu típico caderno de notas e a gravação de fala com os seus métodos de transcrição de dados. Por fim, indicamos um método de análise de dados e alguns pressupostos teóricos que podem orientar a análise de linguagem nessa área de pesquisa aplicada à Linguística.

2. MÉTODOS DE PESQUISA DE CAMPO

As técnicas de pesquisa de campo mais utilizadas na Sociolinguística Interacional e na Análise de Discurso de textos orais são a observação participante e a gravação de conversa. A partir da observação participante pode ser feita a parte etnográfica do trabalho de pesquisa e, por meio da gravação da fala dos participantes da ocasião social a ser estudada, são feitas a transcrição e análise de dados. Primeiramente, examinamos alguns preceitos teóricos sobre o método de observação participante juntamente com a etnografia. Em seguida, fazemos uma reflexão teórica e metodológica sobre a influência do pesquisador entre os observados. Por fim, apresentamos alguns preceitos da técnica de gravação e transcrição de dados, bem como de identificação dos participantes nos dados transcritos.

2.1. A ETNOGRAFIA E A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE

A pesquisa qualitativa em Sociolinguística utiliza Etnografia e a Análise da Conversa. Segundo Johnstone (2000, p.54), a etnografia é o estudo da cultura, e a Análise da Conversa, um estudo do uso da linguagem. Seria possível estudar linguagem ou texto sem estudar cultura, como faz a Análise da Conversa, baseada na crença de que as pessoas criam o conhecimento de que precisam para interpretar o mundo no processo de interação, portanto, não haveria necessidade de estudar o contexto geral, mas somente o imediato contexto de interação. Entretanto, muitos sociolinguistas, assim como nós, acreditamos que os falantes trazem para a interação social expectativas, crenças e normas previamente formadas. Desse

modo, eles utilizam informações de aspectos culturais para analisar o texto, por isso o método de observação participante tem sido importante no trabalho de Sociolinguística qualitativa.

A observação participante, de acordo com Haguette (1992, p.35), é uma técnica de coleta de dados menos estruturada, oriunda da Antropologia, a partir dos estudos de Malinowski, e da Sociologia, na década de vinte, com a Escola de Chicago. Entretanto, essas duas disciplinas utilizam a Observação Participante por razões distintas. A Antropologia quer melhorar o seu entendimento sobre o funcionamento de sociedades “primitivas” ou de um agrupamento, a fim de compreender o “sentido das coisas”. A Sociologia Interacionista utiliza a Observação Participante para compreender “os sentidos, as definições e as ações” que os indivíduos e grupos elaboram no dia a dia, durante processos de “interação simbólica”. Essa vertente da Sociologia acredita que a organização *societal* está fundada nesses sentidos e ações praticadas cotidianamente e que por meio da Observação Participante seria possível descobrir esse sentido. Segundo Bruyn (apud HAGUETTE, 1992, p. 127), a Observação Participante representaria um processo de interação entre teoria e métodos direcionados pelo pesquisador na sua busca de conhecimento, não só da “*perspectiva Humana*”, mas também da sociedade. Esse método de pesquisa teria a vantagem de reconhecer as peculiaridades dos seres humanos, do seu comportamento e de sua vida em grupo, em oposição a esquemas importados de procedimentos científicos que não seriam aplicáveis à vida humana.

A Observação Participante, segundo Johnstone (2000, p.81-82), é a principal técnica da Etnografia ou da descrição de culturas, pela qual os pesquisadores “tentam descobrir e gravar o senso comum não explícito do grupo que estão estudando”. A etnografia seria baseada no pressuposto de que temos uma tendência a ver significado em objetos, pessoas e eventos, de modo que, para descrever adequadamente o comportamento humano, devem-se incorporar os modos pelos quais esse comportamento pode ser interpretável como ação significativa. As relações das pessoas com o mundo seriam mediadas por diferentes tradições e estratégias de atribuição de significados às coisas. Os etnógrafos estariam interessados em aprender o significado de objetos, pessoas e eventos em diferentes situações, papéis, grupos ou sociedades. O meio de se fazer isso seria tentar interpretar ações e mundo, do mesmo modo que os “locais” interpretariam, isto é, o grupo pesquisado. Etnógrafos fazem inferências sobre esse “conhecimento local” tácito (GEERTZ, 1998) baseado no que as pessoas dizem ou fazem, bem como nos artefatos que elas produzem.

Contemporaneamente, etnógrafos tendem a explorar tópicos mais específicos e testar hipóteses particulares. Dentro dessa tendência, estão os sociolinguistas qualitativos, que se ocupam com o estudo do uso da linguagem, dando origem a muitas microetnografias, as chamadas etnografias da fala (HYMES, 1972). O estudo etnográfico teria como principais características: (i) o etnógrafo entra no seu campo de pesquisa como aprendiz; (ii) as questões de pesquisa surgem durante o processo de observação participante, bem como as hipóteses para responder a tais questões; e (iii) a descrição etnográfica deve ter como premissa

que todos os fenômenos estão interconectados. A partir dessas premissas de pesquisa, os sociolinguistas vêm estudando o uso da linguagem pela gravação da fala, mas trazendo também sua experiência mundana como parte do conhecimento que ele usa para analisar os dados. Acredita-se, assim, que o uso da linguagem, bem como das crenças e atitudes sobre linguagem são organizadas e avaliadas de acordo com normas culturais (JOHNSTONE, 2000, 98-104).

A observação participante, segundo Cicourel (1992), pode complementar a análise de conversa, de modo a cobrir a lacuna desse último método que conta apenas com a gravação. Cicourel (1992, p.87) defende que, para pensar em contextualização de um evento, é necessário refletir sobre as questões metodológicas. Este pesquisador problematiza o discurso gravado e a análise sequencial da conversa, pois esse quadro contextual local limita o que pode ser identificado como relevante nos dados, como sua organização, o tipo de análise e de inferências a que esses dados poderão ser submetidos.

Segundo Cicourel (1992, p. 128), se o pesquisador deseja uma análise da conversa mais completa e um maior entendimento etnográfico sobre atividades, objetos e ideias, e esse entendimento pressupõe experiência social prévia e/ou técnica científica ou treino profissional, então, outras estratégias, além da análise local, devem ser empregadas. Assim, para entender aspectos linguísticos e não linguísticos de eventos comunicativos, é necessário conhecer alguma coisa sobre aspectos etnográficos, como a percepção e as características atribuídas aos outros, além das condições sociais da organização local, bem como da mais ampla de um evento social.

O ponto de vista de Cicourel (1992, p. 141) é que a observação mais ampla do contexto local torna-se necessária ao estudo do uso da linguagem, pois não é possível analisar o significado se não conhecemos detalhes socioculturais locais e institucionais pelos quais identificamos os participantes da conversa. Ele procura, então, discutir o contexto local em termos de suas restrições organizacionais e culturais, de expectativas normativas e de condições imediatas que rodeiam eventos de fala locais e seus desdobramentos, isto é, como um contexto comunicativo local pode ser interpenetrado por outro mais amplo. Assim, essa compreensão mais completa só pode ser alcançada com o uso da observação participante como método complementar à análise do discurso em interação.

2.1.1. A OBSERVAÇÃO PARTICIPANTE E A INFLUÊNCIA DO PESQUISADOR NO CONTEXTO DE FALA

Alguns autores (SCHWARTZ & SCHWARTZ, 1955) acreditam que a Observação Participante não é somente um instrumento de coleta de dados, mas também um instrumento de modificação do meio pesquisado. Esse método de pesquisa seria um modo sistemático e consciente de compartilhar as atividades, os interesses e afetos de um grupo de pessoas, logo, o pesquisador é chamado de observador participante. Esse tipo de observador deve estar inserido no grupo,

mas, ao mesmo tempo, livre para ver coisas que um observador de dentro não consegue ver.

A observação participante, sob o ponto de vista da relação do pesquisador com as pessoas observadas, é definida por Schwartz e Schwartz (1955, p.344) da seguinte forma:

a observação participante é um processo no qual a presença do observador numa situação social é mantida para fins de observação científica. O observador está em relação face a face com os observados, e, ao participar da vida deles, coleta dados. Logo, o observador é parte do contexto sob observação, ao mesmo tempo que modifica e é modificado por este contexto. O papel do observador participante pode ser tanto formal como informal, encoberto ou revelado, o observador pode dispensar muito ou pouco tempo na situação de pesquisa; o papel do observador participante pode ser uma parte integral da estrutura social, ou ser simplesmente periférica com relação a ela.

Essa definição de Observação Participante implica um envolvimento do pesquisador com o grupo observado não somente nas atividades externas do grupo, mas também nos seus processos subjetivos que definem os seus interesses e afetos. No entanto, o pesquisador, comprometido com convenções de método científico, deve coletar os seus dados com o mínimo possível de intervenção, mantendo distância entre si e os pesquisados. Tem-se, então, o dilema da interferência inevitável do observador. Schwartz e Schwartz (1955, p. 352) distinguem os papéis do observador passivo, que interage o mínimo possível, e do observador ativo, que maximiza sua participação, a fim de obter uma melhor qualidade dos dados.

Bruyn (apud HAGUETTE, 1992, p.75) trata do problema da relação entre pesquisador e pesquisados em termos de axiomas e papéis do observador participante. O primeiro axioma seria que o observador compartilha da vida e dos sentimentos das pessoas em termos de relação face a face, logo, o seu papel requer desprendimento e, ao mesmo tempo, envolvimento pessoal. O segundo diz que o observador é parte normal da cultura e da vida das pessoas observadas. Logo, o seu papel científico é interdependente do seu papel social na cultura do observado. O terceiro axioma diz respeito à possibilidade de reflexão sobre o processo social de vida em sociedade, que pode ser proporcionado pelo observador participante. Essa concepção de pesquisa envolve o pressuposto de que a sociedade é construída a partir do processo interativo de indivíduos e grupos que agem de acordo com os “sentidos” do seu mundo circundante.

A fragilidade do método de pesquisa de Observação Participante está exatamente nessa relação entre observador e observados que consiste em envolvimento entre essas partes a fim de coletar boas informações, mas esse envolvimento pode atrapalhar a percepção. O envolvimento do pesquisador pode provocar interpretações errôneas devido a vários pontos de vista, tais como: (i) viés

sociocultural do pesquisador; (ii) viés profissional que induz à seletividade; (iii) viés interpessoal e emocional; e, enfim, (iv) o viés normativo que pode induzi-lo a juízos de valor que prejudicarão a coleta de dados, a análise e a interpretação (SCHWARTZ E SCHWARTZ 1955, p. 362).

Conclui-se, então, que é de grande valia a absoluta discrição do pesquisador em campo, sobretudo na pesquisa sociolinguística, entretanto, dificilmente a presença do pesquisador no ambiente passará despercebida. Assim, a melhor forma de conseguir bons dados e um bom desempenho para a pesquisa seria estabelecer relações de confiança com os observados, pois, como afirma Cicourel (1990, p. 138), a boa aceitação do pesquisador, às vezes, depende muito mais das relações pessoais desenvolvidas do que das explicações que o observador possa dar sobre a pesquisa. O pesquisador dessa área de cunho antropológico padece pelo dilema de tentar não interferir nas ações da comunidade que estuda, mas, por outro lado, é difícil não ter qualquer tipo de influência entre os observados. Conforme observaram Schwartz e Schwartz (1955, p. 359), no campo de pesquisa de um hospital psiquiátrico, um paciente dizia agir como louco para os pesquisadores observarem. Esses autores afirmam que a presença do observador direciona as ações dos observados, de modo que movimentos seriam feitos e orientados para o observador e não ocorreriam sem a sua presença. Entretanto, temos dúvidas se as pessoas são capazes, na presença do pesquisador, de policiar suas ações a todo o momento e sair do enquadre de suas tarefas cotidianas.

2.1.2. A ENTRADA NO CAMPO DE PESQUISA

Etnógrafos dedicam atenção considerável ao início do processo de observação participante, isto é, à entrada no campo da pesquisa. É nessa fase que o etnógrafo deve, nos dizeres de Da Matta (1978, p. 205), *transformar o exótico em familiar e o familiar em exótico*, pois, conforme alerta Gilberto Velho (1978, p. 147), o que nos parece bastante familiar nem sempre é realmente conhecido. Assim, uma certa comunidade, certo modo de vida ou até mesmo um lugar de trabalho, que não fazem parte do nosso dia a dia, podem parecer exóticos, mas, até certo ponto, serem conhecidos. Falar a mesma língua não é suficiente para considerar determinado campo de pesquisa familiar, já que, além do vocabulário, pode haver diferenças de significados e de interpretações.

Segundo Margareth Mead (1981, p.78), o etnógrafo deve desenvolver uma consciência das diferenças, a fim de assimilar e de compreender a cultura em estudo. Ele entra na organização, mas sem modificá-la. Deve aprender os hábitos das pessoas pesquisadas com profundidade de detalhes, porém, sem interferir nas suas ações. Não se pode esperar, também, que o envolvimento do etnógrafo com o seu campo de pesquisa o transforme em membro daquela comunidade, pois, conforme observa Gluckman (1990, p. 65), as pessoas observadas rejeitam a ideia de que o etnógrafo seja igual a elas, mas podem aceitá-lo muito bem como um membro diferente das pessoas da comunidade. A observação participante convive, então, com a

contradição do etnógrafo que pretende ser um participante, mas que tem uma agenda “secreta” de observação, que não quer interferir no ambiente que está observando, mas é um participante desse ambiente.

2.2. GRAVAÇÃO E TRANSCRIÇÃO DE DADOS

A transcrição de dados é um procedimento muito importante da Análise da Conversa, pois é um passo inicial que possibilita a análise da interação gravada. A prática de transcrição, segundo Hutchby & Wooffitt (1998, p.73), representa um estágio distinto no processo de análise de dados, já que a transcrição não seria pensada como dado, pois os dados seriam as próprias gravações de interações que realmente ocorreram.

Apesar de a gravação em vídeo ser amplamente usada, a Análise da Conversa focaliza a organização da fala-em-interação, de modo que gestos, movimento corporal e expressão facial não são estudados isoladamente, e sim relacionados com a fala. Portanto, é possível analisar gravações somente em áudio, mesmo que os participantes tenham acesso visual uns aos outros.

Após a transcrição, a gravação não deve ser descartada. A Análise da Conversa não analisa somente a transcrição, mas tem como objetivo a análise dos dados gravados. O uso da transcrição seria um elemento convencional de referência, seria a representação dos dados, e a fita gravada a própria reprodução de determinado evento. Entretanto, essa fita é apenas uma forma de reprodução e não consegue reproduzir tudo o que está acontecendo. Embora as convenções de transcrição dos analistas da conversa sejam rigorosamente detalhadas, não existe um sistema de transcrição absolutamente neutro. Segundo Ochs, citado em Hutchby & Wooffitt (1998, p.76), a transcrição é um “processo seletivo que reflete objetivos e definições teóricas”. Duranti (1997, p.161) define claramente o papel da transcrição para a Análise da Conversa e para a pesquisa nessa área:

a transcrição de uma conversa não é exatamente como a conversa, assim como uma gravação em áudio ou vídeo de uma interação não é exatamente como a interação. Entretanto, uma inscrição sistemática das dimensões espaço-temporais, verbais e gestuais da interação podem abrir novas perspectivas para o entendimento de como as pessoas usam a fala e outros instrumentos nas suas interações cotidianas.

Nesse mesmo capítulo de um manual sobre Antropologia Linguística, Duranti (1997, p.161) expõe alguns princípios, encontrados também em Garcez (2002, p. 84), que devem reger um trabalho de transcrição. Esses princípios teóricos e metodológicos representam uma atitude reflexiva do pesquisador em relação aos seus dados e às suas escolhas no processo de transcrição. Assim, ele afirma que: (i) a transcrição é um processo seletivo, cujo formato deve variar de acordo com objetivos de investigação; (ii) não há transcrição que consiga reproduzir a situação

interacional original; (iii) não há transcrição final, mas apenas diferentes versões, ou seja, “produtos analíticos” que devem ser sempre atualizados; e (iv) as escolhas para a representação da transcrição devem ser claras e conscientes das implicações teóricas, políticas e éticas para a pesquisa final.

Segundo Sacks (1984, p. 268), a gravação seria a ocorrência real de uma sequência, já que ela consegue registrar o que aconteceu. Assim, pode-se transcrever mais ou menos o que aconteceu. A vantagem da gravação seria a possibilidade de ouvi-la e estudá-la quantas vezes for necessário. O material gravado não registra todos os acontecimentos de um evento, mas constitui uma boa representação dos acontecimentos. Ele seria *bom o suficiente* para verificar em detalhes como a conversa funciona. O objetivo de Sacks (1984, p.86) não era analisar uma conversa em particular, mas reproduzir fielmente um ponto de vista sobre o que aconteceu em uma interação específica, como se as interações fossem *produtos de um mecanismo*. A transcrição e a gravação são usadas conjuntamente durante a análise, que deve ser feita após ser ouvida diversas vezes. Segundo Hutchby e Wooffitt (1998, p.186), ouvir repetidas vezes os dados gravados constitui uma técnica da Análise da Conversa que permite ao analista aumentar seu conhecimento sobre os dados em um nível de detalhamento necessário à boa análise. É importante, então, que a transcrição seja feita pelo analista, pois ela é parte importante do processo de análise. O processo de transcrição, depois de repetidas audições, permite focalizar fenômenos que podem fazer parte da explicação analítica. Inicialmente, não se formulam hipóteses e questões sobre o que encontrar em dados gravados, mas apenas são feitas observações.

Para transcrever conversas, utiliza-se um sistema convencional que tenta capturar a fala como ela realmente ocorre, com grande riqueza de detalhes, marcando pausas, interrupções, ênfases, enfim, o mais próximo possível à própria fala, conforme ocorrida.

Quanto ao estilo de linguagem a ser transcrito, é mais comum a opção pelo português padrão, isto é, a transcrição ortográfica padrão. Um primeiro motivo dessa opção seria a maior clareza que a escrita padrão possibilita. Uma segunda razão seria evitar a transcrição de uma escrita que pode ter o significado social de desprestígio para aqueles possuidores dessa linguagem não-padrão (BAGNO, 1999). Assim, por motivos éticos e de clareza, se não for relevante para o objetivo da pesquisa, indica-se a transcrição de ortografia padrão, pois a linguagem não-padrão pode carregar uma imagem estigmatizada para os participantes observados. A transcrição de ortografia não-padrão pode ser utilizada restritamente para termos muito utilizados coloquialmente e que não significaria desprestígio social, como “tá”, em vez de está, ou “né” para “não é” e algumas outras poucas bem aceitas socialmente. Quanto à formatação, o mais comum são transcrições constituídas de espaço simples, fonte “courier new”, número 10.

2.2.1. A IDENTIFICAÇÃO DOS PARTICIPANTES NA TRANSCRIÇÃO

O modo como são identificados os participantes de uma interação em um

sistema de transcrição tem sido bastante polêmico e alvo de discordâncias. As possibilidades de escolha seriam por letras do alfabeto, por categorias identitárias, como professor e aluno, e pelo primeiro nome próprio. Segundo Garcez (2002, p.67), a identificação por letras do alfabeto é utilizada para representar esquemas gerais das ações em cada turno ou em material de fonte alheia já publicado. As categorias identitárias são rejeitadas como forma de identificação dos participantes de uma interação, por Speier (1972), por Garcez (2002) e por Schegloff (apud GARCEZ, 2002). Segundo Speier (1972, p. 45), a identificação do falante deve aparecer na estrutura das sequências discursivas da conversa, e não por meio de uma categoria apriorística que o rotule. Dentro dessa mesma linha de argumentação, Schegloff (apud GARCEZ 2002, p. 63) afirma que esse tipo de identificação realça a relevância de uma categoria escolhida pelo analista e, muitas vezes, aciona referências do senso comum em detrimento de outras referências relevantes para os próprios participantes. Essa prática direciona o olhar do leitor e do analista para uma categoria de identificação *a priori*, tirando de foco as práticas de fala que podem revelar identidades. A identificação por nomes próprios teria a vantagem de fugir desses problemas, devido ao fato de os participantes utilizarem essa forma de reconhecimento cotidianamente. Além disso, essa prática obedece ao princípio êmico de dar prioridade, nas interpretações dos dados, às perspectivas dos participantes, bem como conserva o rigor metodológico de observar os sinais dos participantes dentro da interação.

3. MÉTODOS DE ANÁLISE

Para análise dos dados transcritos, é muito útil a interpretação das falas dos informantes por eles próprios, como o faz Erickson e Shultz (1982). Entretanto, as “pistas de contextualização”, (GUMPERZ, 1998) deixadas pelos participantes da interação, fornecem uma boa base para a interpretação e análise dos dados. Desse modo, são as pausas, as interrupções, reparos, risos, mudança de entonação de voz, entre outras pistas, que auxiliam a fazer inferências sobre o significado social das ações dos participantes de um encontro. Deve-se tomar, entretanto, o devido cuidado de não “colocar palavras e conceitos nas bocas e cabeças dos informantes”, como recomenda Erickson e Shultz (1982, p.59), bem como não “tentar adivinhar o que os informantes estão pensando, quando dizem x ou y”, conforme adverte Garcez (2003) em um minicurso ministrado na Universidade Federal Fluminense.

Nessa seção, apresentaremos os métodos de pesquisa da Análise da Conversa, identificando os procedimentos de análise de texto conversacional. Em seguida, demonstraremos alguns pressupostos teóricos e metodológicos para a análise de notas de campo.

3.1. PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE TEXTO CONVERSACIONAL

Os dados da Análise da Conversa, bem como outros dados provenientes da pesquisa qualitativa em Ciências Sociais, segundo Hutchby & Wooffitt (1998, p. 85),

não fornecem fórmulas que podem ser aplicadas a fim de gerar descobertas apropriadas, nem permitem o uso de regras formais de um método de pesquisa. Entretanto, alguns procedimentos seriam comuns à análise do texto conversacional.

Uma das técnicas da Análise da Conversa, conforme Hutchby & Wooffitt (1998, p.87), é a *construção de coleções* de um fenômeno linguístico específico. O objetivo seria produzir padrões na organização sequencial da fala-em-interação, pelas quais poderia ser afirmado e explicado o uso estratégico de sequências conversacionais. O primeiro estágio dessa técnica seria a localização de fenômenos interessantes, como tipo particular de turno ou tipo de sequência. O segundo estágio seria, após ter coletado um certo número de recorrência do fenômeno a ser estudado, descrever um caso particular formalmente, concentrando-se no contexto sequencial, isto é, no tipo de turno que antecede e que segue a sequência estudada. Se um padrão pode ser identificado no contexto sequencial no qual ocorre o fenômeno linguístico, esse padrão seria a base para uma descrição. O terceiro estágio seria retornar aos dados e verificar se o fenômeno pode ser explicado do mesmo modo no restante do material. Assim, uma explicação formal de um padrão sequencial pode ser desenvolvida.

Esse tipo de pesquisa pretende produzir descrições formais de grandes coleções de dados que podem explicar, por meio de exemplos, o que o pesquisador coletou. No entanto, os analistas da conversa se ocupam, também, da explicação de sequências singulares. Eles são capazes de descrever características específicas de casos particulares e, ao mesmo tempo, explicar o caso particular dentro de uma explicação generalizadora do padrão sequencial, isto é, tentar construir uma explicação analítica que atenda às particularidades dos dados, mas que também gere padrões. O estudo que melhor ilustra essa metodologia é a pesquisa de Schegloff (1968) sobre 500 exemplos de aberturas telefônicas, entre os quais apenas um fugia a um padrão. Esse padrão seria de que o primeiro turno de fala é de quem atende ao telefone, que, imediatamente, responde “alô” após o barulho de chamada do aparelho. Nesse caso desviante, ele notou que o respondente não falava “alô” imediatamente ao pegar o aparelho, então, a pessoa que estava telefonando repetia o chamado, que já fora feito pelo barulho do telefone. O chamado do aparelho seria um primeiro turno, e a resposta, “alô”, o seu par adjacente. Notando que havia uma pausa antes do turno da pessoa que estava telefonando, ele conseguiu incluir esse “caso desviante” na sua explicação e formular uma estrutura bastante robusta de aberturas telefônicas. Schegloff (1968) pôde explicar o seu caso desviante devido ao princípio da relevância condicional da Análise da Conversa. Esse princípio diz que, dada uma condição inicial do primeiro par, um segundo é relevante. A falta desse segundo deve ter alguma razão, como a pessoa não ouviu ou não quis responder.

Assim, segundo Hutchby e Wooffitt (1998, p. 98), pode-se resumir em três os princípios do método analítico de conversa:

- (i) insistir na descrição formal rigorosa;
- (ii) tentar generalizar ao máximo a explicação analítica; e
- (iii) dar atenção aos “casos desviantes”.

Embora a Análise da Conversa dê grande importância à descrição formal

das sequências de fala, esse interesse não é somente pelo texto falado, mas pelo trabalho interacional feito por meio da conversa. De acordo com Hutchby e Wooffitt (1998, p. 99), sob a Análise da Conversa está o interesse sociológico pelas funções interacionais identificáveis por meio dos fenômenos conversacionais. O que realmente interessa é “o que as pessoas estão fazendo por meio de suas sequências de fala” e “como os participantes demonstram orientação ativa para a ação em andamento”.

Uma outra técnica da Análise da Conversa não consiste em encontrar características recorrentes em uma coleção de dados, mas em observar detalhes interacionais significantes no decorrer da produção de sequências de fala específicas. Seria uma técnica de análise de sequências de fala extensas. Essa técnica envolve a descrição detalhada da produção de algum extrato de fala mais ou menos aleatório de qualquer contexto de fala, para observar como dispositivos conversacionais específicos são usados em suas produções. A análise de casos singulares não tem o objetivo de produzir novos achados ou produzir generalizações, mas permitem localizar fenômenos sociais altamente organizados, como o são as ações de contar histórias, por exemplo. Elas constituem produções metódicas que demonstram a orientação do contador para detalhes específicos do contexto interacional (HUTCHBY e WOUFFITT, 1998, p. 98).

A análise de um caso único consiste na observação de uma única conversa ou de uma parte dela, a fim de capturar detalhes de várias estratégias e dispositivos que informam e guiam sua produção. Esse tipo de análise privilegia a ordem sequencial, enquanto a técnica de formular coleções está mais interessada na natureza padronizada da fala-em-interação. Por meio da ênfase no gerenciamento sequencial, é possível relacionar ações sociais específicas com recursos sequenciais (HUTCHBY e WOUFFITT, 1998, p. 103).

3.2. ANÁLISE DAS NOTAS DE PESQUISA DE CAMPO

Nessa seção, indicaremos como as anotações de campo podem ser usadas. Seguindo as indicações de Johnstone (2000, p.56), demonstraremos a metodologia analítica da etnografia, isto é, como refinar e interpretar as notas de campo, juntamente com as fitas gravadas e as informações absorvidas durante o processo de observação participante. O objetivo dessa explanação seria indicar os modos pelos quais podemos “parafrasear” ou explicar o que está acontecendo na interação.

Segundo Johnstone (2000, p.58), uma boa etnografia depende de uma observação sistemática de vários elementos da interação. Dell Hymes (1972, p.65) propõe um modelo de observação bastante conveniente, chamado paradigma *Speaking*. Nesse modelo, cada letra da palavra *speaking* corresponde a um aspecto de um evento comunicativo a ser observado. Assim, há oito aspectos que podemos observar em um evento comunicativo:

1. Cenário (*setting*): se constitui do ambiente fisicamente localizável onde acontece a interação.

2. Participantes (*participants*): para acontecer uma conversa são requeri-

dos um mínimo de dois participantes, que trazem para o encontro experiências prévias e expectativas em relação ao outro.

3. *Objetivos (ends)*: os participantes se encontram com um determinado objetivo. Entretanto, os objetivos das pessoas em um encontro podem ser diferentes de acordo com cada participante.

4. *Sequência de atos (act-sequence)*: todo evento comunicativo acontece em uma sequência discursiva de enunciados, de palavras e de tópicos.

5. *Clave (key)*: esse aspecto se refere ao “tom” do evento. Um evento pode ser gerenciado por tom de seriedade ou de brincadeira, de formalidade ou de informalidade e assim por diante.

6. *Instrumentos utilizados (instruments)*: em ambientes formais e institucionais, por exemplo, é comum e necessário escrever o que as pessoas negociaram para criar legitimidade e confiança. Assim, há interações nas quais alguns instrumentos são importantes para que a interação ocorra.

7. *Normas (norms)*: são as regras de interação e de interpretação que formam as expectativas de participação em determinado evento.

8. *Gênero*: se refere ao modo como esse evento é categorizado. Essa categoria pode ser facilmente identificada pelas pessoas envolvidas em determinado evento.

Por meio desse modelo, podemos “desenhar” o campo de pesquisa e o evento comunicativo observado para focalizar um desses aspectos.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A área de estudos da Sociolinguística Interacional é um campo essencialmente interdisciplinar, contando com contribuições da Sociologia e da Antropologia americanas. Do mesmo modo, seus métodos de pesquisa no estudo da organização social do discurso em interação sofrem influência dessas duas áreas do conhecimento humano. A Antropologia contribui com suas técnicas de Observação Participante e de Etnografia, e, por sua vez, a Análise da Conversa, originária na Sociologia, oferece suas técnicas de gravação e transcrição de conversa. Assim, a pesquisa da fala em interações cotidianas é enriquecida com uma metodologia ampla e eficaz para a análise do discurso em situações de conversa em diferentes ambientes do nosso dia a dia.

Por esses métodos, podemos compreender melhor a comunicação humana e o jogo interacional que se firma a cada encontro. Estas técnicas permitem a análise e a descrição “do que está acontecendo” em determinada interação e dos significados linguísticos e sociais que estão em construção, momento a momento, na vida cotidiana pelo uso da linguagem.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAGNO, M. **Preconceito linguístico: o que é, como se faz**. 7. ed. São Paulo: Loyola, 1999.

CICOUREL, A. The interpenetration of communicative contexts: example from medical encounters. In: GOODWIN, C.; DURANTI, A. **Rethinking context**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. Teoria e método em pesquisa de campo. In: ZALUAR, Alba (org.). **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

DA MATTA, R. O ofício de etnólogo, ou como ter “antropological blues”. In: NUNES, Edson (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

DURANTI, A. Units of participation. In: DURANTI, A. **Linguistic anthropology**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

ERICKSON, F.; SHULTZ, J. **The counselor as gatekeeper: social interaction in interviews**. New York: Academic Press, 1982.

GARCEZ, P. Transcrição como teoria: a identificação dos falantes como atividade analítica plena. In: BASTOS, L.C.; LOPES, L.P.M. (orgs). **Identidades: recortes multi e interdisciplinares**. Campinas: Mercado de Letras, 2002.

GEERTZ, C. **O conhecimento local**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GLUCKMAN, M. O material etnográfico na antropologia inglesa. In: ZALUAR, Alba (org). **Desvendando máscaras sociais**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

GUMPERZ, J.J. Convenções de contextualização. In: RIBEIRO, B.T. & GARCEZ, P.M. (orgs.). **Sociolinguística interacional: antropologia, linguística e sociologia em análise do discurso**. Porto Alegre: AGE, 1998.

GUMPERZ, J.J.; HYMES, D. (eds). **Directions in sociolinguistics: the ethnography of communication**. New York: Basil Blackwell, 1986.

HAGUETTE, T. M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992.

HUTCHBY, I.; WOOFFITT, R. **Conversational analysis**. Cambridge: Polity, 1998.

HYMES, D. **Foundations in sociolinguistics: an ethnographic approach**. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

JOHNSTONE, B. **Qualitative methods in sociolinguistics**. New York: Oxford University Press, 2000.

MEAD, M. Como escreve um antropólogo. In: MEAD, M. **Macho e fêmea**. Petrópolis: Vozes, 1981.

SACKS, H. Notes on methodology. In: HERITAGE, J.; ATKINSON, M. (eds.). **Structures of social action: studies in conversational analysis**. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.

SCHEGLOFF, E.A. Sequencing in conversational openings. **American Anthropologist**. n. 70, p. 1075-95, 1968.

SCHWARTZ, M. S.; SCHWARTZ, C.G. Problems in participant observation. **American Journal of Sociology**, 60, p. 343-354, 1955.

SPEIER, M. Some conversational problems for interactional analysis. In: SUDNOW, D. **Studies in social interaction**. New York: The Free Press, 1972.

VELHO, G. Observando o familiar. In: NUNES, Edson (org). **A aventura sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.